

MARIA VALDEMÁRIA PINHEIRO GONÇALVES

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO PERSUASIVO EM PROVÉRBIOS POPULARES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP

SÃO PAULO – 2011

MARIA VALDEMÁRIA PINHEIRO GONÇALVES

A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO PERSUASIVO EM PROVÉRBIOS POPULARES

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUCSP

SÃO PAULO – 2011

*Dedico este trabalho a Deus,
minha filha, meu esposo, meus pais e a
minha amiga Débora que sempre
estiveram ao meu lado em todas as
minhas jornadas.*

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento por está sempre à disposição para esclarecer minhas dúvidas, contribuindo assim, para o bom desempenho deste estudo.

À minha amiga Débora, por ter se colocado a minha disposição sempre que precisei de sua ajuda.

À minha família que sempre me apóia em todas as minhas decisões.

“Toda palavra serve de expressão de um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.”

(Mikhail Bakhtin)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
1.1. Um pouco de história – O surgimento da Retórica: a argumentação na Retórica Clássica.....	10
1.2. Nova Retórica/Teoria da Argumentação.....	11
1.3. Argumentação: convencer / persuadir – Considerações.....	13
1.4. Auditório – Conceito.....	16
1.5. Discurso, gênero do discurso e linguagem.....	18
1.6. Gêneros: conceito.....	21
1.7. Provérbios – definição e caracterização.....	23
1.8. Conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e inferências: fatores de compreensão da leitura.....	27
CAPÍTULO II – ANÁLISE DA AMOSTRA.....	30
2.1. Critérios de Análise.....	30
2.2. Seleção da Amostra.....	31
2.3. Análise da Amostra.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

INTRODUÇÃO

Quem de nós nunca tentou convencer, ou melhor, persuadir alguém, de modo que esse alguém agisse de acordo com nossos interesses? Quem de nós nunca se valeu de um provérbio popular como fonte de conhecimento, como estratégias argumentativas, enquanto um gênero que apresenta um alto poder de credibilidade, com o intuito de causar no outro o fenômeno da persuasão?

Sabemos que o uso da linguagem é fator corriqueiro em nosso cotidiano, uma vez que nos utilizamos dela em toda e qualquer situação de comunicação. Sejam estas situações informais, como por exemplos, uma conversa entre amigos, entre familiares, as mensagens eletrônicas em site de relacionamentos como MSN, Orkut entre outros. Sejam situações mais formais, como às intervenções em salas de aula; a elaboração de artigos etc. Enfim, a língua é o instrumento permanentemente usado quando o fator é comunicar-se, informar-se. Contudo, se é verdade que a maior parte dos atos de comunicação apresenta um caráter informativo, não é menos verdade que boa parte desses atos apresenta um caráter argumentativo.

Em nossas manifestações, quando queremos defender um ponto de vista, expor nossas opiniões, quando propomos uma solução para uma situação problema ou quando queremos convencer ou persuadir os outros a ceder a um pedido nosso, temos que argumentar. Pensando bem, argumentamos muito, pois sempre que enfrentamos a oposição do outro temos que argumentar melhor ainda se quisermos convencê-lo ou persuadi-lo. Assim o ato de argumentar é necessariamente um ato de inteligência e como tal, para que se faça eficaz, tem suas regras.

Sabemos que o processo de compreensão de um texto envolve vários saberes que num jogo de correlações, se articulam, colocando em prática vários conhecimentos que, juntos, constituirão os sentidos desse texto. São, portanto, fatores consideráveis e por isso destacado dentro do nosso estudo, a materialidade linguística do texto, os conhecimentos prévios do leitor e as inferências passivas de serem realizadas dentro do contexto apresentado pelo texto/enunciado.

Nesse ponto, podemos fundamentar a importância de nossa pesquisa, que visa estudar a persuasão presentes em determinados provérbios populares, assim como, analisar os próprios sentidos que se fazem presente nos enunciados e que são difundidos pela sociedade, ao longo dos tempos, passando-os de geração para geração. Vale ressaltar que quando falamos em sentido, inserimos nesse contexto, o próprio sentido persuasivo veiculado pelos textos/enunciados proverbiais.

De modo geral, faremos o levantamento de dados referentes aos conhecimentos linguísticos que estruturam o texto, dos conhecimentos prévios e das inferências presentes nos enunciados proverbiais que estudaremos nesta pesquisa. Consideramos esses fatores como partes constitutivas, do que logo acima, denominamos “regras” para uma argumentação eficaz.

Em conformidade ao que apresentamos aqui, Perelman, (1999:324) afirma que:

A argumentação tem como objetivo o estudo das técnicas discursivas cujo intuito é ganhar ou reforçar a adesão das mentes às teses que se lhes apresentam ao assentimento. Toda argumentação pressupõe um orador, aquele que apresenta um discurso [...], um auditório, aqueles a que visa a argumentação [...].

Partindo da citação de Perelman, logo acima, na qual está explícita a importância dos estudos das técnicas discursivas enquanto fatores necessários para a construção do processo argumentativo/persuasivo e, associando-a aos objetivos deste estudo, descreveremos agora como se constituirá esta pesquisa no que diz respeito a sua estrutura composicional.

Estruturalmente esta pesquisa se organizará, basicamente, em dois capítulos. Sendo o primeiro capítulo responsável por apresentar a parte teórica que por sua vez se subdivide em: Fundamentação Teórica – 1.1 - Um pouco de história – O surgimento da Retórica: a argumentação na Retórica Clássica; 1.2 - Nova Retórica/Teoria da Argumentação; 1.3 - Argumentação: convencer/persuadir – Considerações; 1.4 - Auditório – Conceito; 1.5 - Discurso, gênero do discurso e linguagem; 1.6 - Gêneros discursivos; 1.7 - Provérbios – definição e caracterização; 1.8 – Conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e inferências: fatores de compreensão da leitura.

O segundo capítulo se constituirá das seguintes subdivisões:

Capítulo 2 - Análise da amostra - 2.1 Critérios de análise; 2.2 - Seleção da amostra; 2.3 – Análise da amostra; 2.4 – Considerações finais.

Assim sendo, nosso estudo focará a questão da argumentatividade, fazendo uma espécie de retrospecto, mostrando, ainda que de forma concisa, a trajetória, ou parte da trajetória do fenômeno da argumentação. Buscando apontar as mudanças que ocorreram em relação à argumentação desde a Retórica Clássica até os dias de hoje, compreendendo a

expressão “dias de hoje” com o que Perelmam denomina Nova Retórica ou Teoria da Argumentação.

Apresentaremos também uma possível definição e/ou consideração em relação aos termos/fenômenos da argumentação, convencer e persuadir, buscando compreender no que cada um consiste, se assemelha e se diferenciam.

Considerando o auditório enquanto fator imprescindível na construção da argumentação, apresentaremos, sob o ponto de vista de Perelmam, o conceito de auditório e sua significância dentro do processo argumentativo.

Abordaremos os conceitos de discurso, gênero do discurso e linguagem com o intuito de tornar claro não só suas conceitualizações, mas principalmente, suas funções dentro do que propõe o nosso trabalho.

Faremos ainda, um apanhado sobre o assunto, gêneros, o qual preferimos, neste estudo, não entrar no mérito de especificá-lo enquanto do discurso ou do texto, pois o que nos convém, por este momento em relação ao assunto é entender no que se fundamenta o termo gênero e qual(is) sua(s) implicação(es) para a nossa pesquisa, inclusive, como auxílio, para nos ajudar a conceituar e caracterizar nosso principal objeto de estudo, haja vista trata-se de um gênero específico, os provérbios populares.

No mais, faremos o levantamento dos elementos linguísticos, dos conhecimentos prévios e das inferências que compõem os texto/enunciados dos provérbios em análise, pois os consideramos elementos essenciais na construção dos sentidos presentes em tais textos.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 – Um pouco de história: O surgimento da Retórica: a argumentação na Retórica Clássica.

A Retórica surgiu em meados do século V a. C em Saracusa, Magma Grécia, hoje Itália. Junto com o nascimento da Retórica surgia, assim, a argumentação, ou melhor dizendo, a arte de argumentar. Nesse período, viviam os atenienses, a primeira experiência democrática de que se tem notícias historicamente.

Era comum, nessa época, na cidade da Grécia, que todo e qualquer assunto passasse pelo crivo do voto popular. Isso fazia parte do exercício da democracia ateniense, sendo assim, nenhum cidadão poderia faltar a sua cota de responsabilidade, que incluía, inclusive, a justificativa de sua opinião perante uma platéia (Pacheco, 2008). Contudo, para que os atenienses pudessem participar das assembléias populares e dos tribunais, era preciso que dominassem a arte do bem falar e argumentar com as pessoas. Porém, nem todos os atenienses dominavam a habilidade de falar/argumentar de maneira eficaz, assim sendo, e visando a participação de todos nas assembléias, a saída, foi recorrer a especialistas para que estes ensinassem, aos cidadãos atenienses que possuíam baixo poder de argumentação, a arte da Retórica.

Esses especialistas, a quem nos reportamos no parágrafo anterior, se caracterizavam, sobretudo, por serem mestres na arte do bem falar e se constituíam por um grupo de pensadores que mantinham entre si certa afinidade de métodos e propósitos. Propunham-se a ensinar não só a arte política, mas também as qualidades necessárias para a formação de bons cidadãos. Dentre estas qualidades incluía-se a arte da persuasão exercida nos tribunais e assembléias a propósito das coisas justas e injustas (Pacheco, 2008).

Embora o conhecimento retórico fosse necessário ao exercício da democracia e, de certa forma, fosse exercido pelos atenienses, a Retórica em si mesma, só passa a ter uma base teórica sólida, segundo Pacheco, com a chegada de Aristóteles aos estudos da Retórica.

Foi Aristóteles que postulou conceitos e categorizações referentes à Retórica que são utilizados até hoje. Entre as qualificações determinadas por ele em relação a Retórica podemos citar a classificação dos gêneros de Retórica em: deliberativo, voltado para o julgamento de fatos futuros, para aconselhar ou desaconselhar; judicial, voltado para o julgamento de ações passadas, a fim de acusar ou defender; e demonstrativo, voltado para fatos presentes, para louvar ou censurar (Matos, 2009).

Outro fator muito importante tratado por Aristóteles e que não podemos deixar de comentar, ainda que brevemente, é a questão do discurso como meio de persuadir o outro, demonstrando – lhe o que é verdade ou o que parece ser verdade, de acordo com o que cada assunto é suscetível de persuadir (Matos, 2009).

Nesse contexto, pode-se inferir que a Retórica de Aristóteles, por assim dizer, não se preocupa em apontar resultados baseados em uma verdade absoluta, comprovada por meio da ciência, mas volta-se, sobretudo, para a aceitabilidade do que é verossímil, do plausível, pautado na importância da palavra bem fundamentada, com alto poder decisório (Perelman, 2005).

Deixemos de lado, por esse momento, os conceitos e/ou fundamentos da Retórica Clássica e retomemos a história da Retórica, propriamente dita, para continuarmos compreendendo os caminhos que ela tomou, desde então, até os dias de hoje.

Ao longo dos tempos, todos os conceitos concebidos pela Retórica em Atenas, inclusive de Aristóteles, foram distorcidos em seu caráter original. E tudo, graças aos primeiros protagonistas da Retórica, os sofistas, que levaram a Retórica a uma atitude de descrença, ao professar o ceticismo de toda ordem (Mosca, 2004). Desta forma, associou-se ao discurso retórico, um discurso estilístico, ornamentado, mentiroso e sem significado.

Essa concepção distorcida referente ao caráter do discurso retórico perdurou por muito tempo, conseqüentemente o desprestígio da Retórica prevaleceu até o século XX, quando Chaim Perelman, pensador Belga, juntamente com sua colaboradora Lucie Olbreschts – Tyteca investiram na reabilitação da Retórica, dando origem à Nova Retórica ou Teoria da Argumentação.

1.2 – Nova Retórica / Teoria da Argumentação

A Nova Retórica ou a Teoria da Argumentação de Perelman, além de retomar a noção Aristotélica de Retórica, transpondo o conceito de dialética, da Antiguidade aos dias de hoje, acrescenta, em suas reflexões, sobre o discurso argumentativo, a introdução dos conceitos de auditório interno e universal, possibilitando, assim, a ampliação, de modo significativo, do conhecimento relativo ao processo de comunicação. (Perelman & Tyteca, 2005).

Posteriormente, no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, abordaremos o conceito de auditório aqui mencionado, bem como seu papel/função na construção da argumentatividade, porém não adentraremos na questão de diferenciar auditório universal de auditório particular uma vez que a nossa intenção é apenas compreender o significado de

auditório e sua importância na construção da argumentação. Por enquanto, retomemos o assunto principal desta seção que consiste em compreendermos os processos (os caminhos) da Nova Retórica/ Teoria da Argumentação de Perelman & Tyteca.

Atentemo-nos para o fato de que o objeto da Retórica Antiga era, acima de tudo, *a arte de falar em público de modo persuasivo* (PERELMAN & TYTECA, 2005:6). Em detrimento disso, predominava-se o uso da linguagem falada ou também muito conhecida como oratória.

Contudo, com a retomada dos estudos da retórica por meio da Teoria da Argumentação de Perelman & Tyteca, a Retórica deixa de se limitar ao estudo da argumentação oral e passa a enfatizar o processo argumentativo em textos escritos, haja vista, estes últimos, se apresentarem nas mais variadas formas.

Perelman & Tyteca retomaram os estudos da retórica, sobretudo, por discordarem da posição positivista que limitava o papel da lógica, do método científico e da razão à solução de problemas de fundo meramente teórico, abandonando assim, a solução dos problemas humanos à emoção, aos interesses e à violência (Pacheco, 2008).

A partir dessa discordância Perelman & Tyteca começaram suas buscas por uma racionalidade ética, uma lógica específica para os valores. Foi então que conseguiram chegar à conclusão de *que*:

não há uma lógica dos juízos de valor, mas que em todos os campos do conhecimento onde ocorre controvérsia de opiniões – a filosofia, a moral, o direito etc. – recorre-se a técnicas argumentativas: a dialética e a retórica são utilizadas para se chegar a um acordo sobre os valores e sua aplicação (PACHECO, op.cit.: 12).

Dentro da perspectiva apresentada conclui-se que a retórica passa a ser concebida como um meio a partir do qual pode se discutir e chegar a um acordo sobre valores sem desprezar o campo da razão, mas ao mesmo tempo ultrapassando as categorias da lógica formal.

Cumprindo, ainda, observarmos em relação à citação anterior e, ainda, complementando esta, que:

o raciocínio retórico-dialético retoma a noção de “acordo”, tão desprezada pelo pensamento positivista[...]o acordo é uma consequência natural de uma proposição verdadeira – o que importa é a verdade, e se a proposição é verdadeira o acordo virá como uma consequência lógica (PACHECO, 2008:13).

É partindo dessa concepção de Retórica, que considera, sobretudo, a possibilidade do vir a ser, por meio de proposições verossímeis, plausíveis, que daremos sequências aos estudos argumentativo-persuasivos propostos nesta pesquisa.

1.3 – Argumentação: convencer/persuadir - Considerações

Sabemos, e não é de hoje, que o homem se utiliza da linguagem não tão somente como meio de comunicação, mas, sobretudo, como uma ferramenta de luta em defesa de seus ideais e para a conquista de seus objetivos.

É por meio da linguagem que o homem constrói seus discursos, que por sua vez o ajudará a se inserir e a conviver em sociedade, pois já dizia Ducrot (1997 *apud* Mussalim, 2001:28) *que a linguagem é um jogo de argumentação enredado em si mesmo: não falamos sobre o mundo. Falamos para construir um mundo e a partir dele tentar convencer nosso interlocutor da nossa verdade, verdade criada pelas e nossas interlocuções.*

Koch (2008:10) propõe que *a interação social por intermédio da língua caracterize-se, fundamentalmente, pela argumentatividade [...] que a função comunicativa mais importante é a função da linguagem [...] que o ato lingüístico fundamental é o ato de argumentar.*

A autora nos leva a uma reflexão mais ampla a respeito do uso da linguagem assumida como exercício pelo indivíduo quando nos propõe que ao produzir um discurso, o indivíduo se apodera da língua não só com o propósito de veicular mensagem, mas principalmente, com o intuito de atuar, interagindo socialmente no processo que constitui a si, enquanto EU do discurso e o outro enquanto interlocutor desse discurso. Essa interação é instituída por meio do jogo de representações e imagens recíprocas que entre eles se estabelecem.

A partir dessas afirmações podemos ressaltar que a argumentação acaba se constituindo como sendo um sinal distintivo do ser racional. O homem é, pois, o único ser

capaz de se utilizar da linguagem, argumentativa, como meio para atingir seus objetivos sem que para isso tenha que recorrer à força física e, conseqüentemente, a violência gratuita.

Mediante ao exposto, Perelman & Tyteca (2005:61) nos dizem que:

a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas preexistente. Dessa forma, ela pressupõe um debate, um confronto de idéias, para que se estabeleça um acordo, que acontecerá por meio da adesão do interlocutor (leitor), obtida graças à argumentação racional, sem o uso da violência.

Ainda em relação ao assunto, Bonini (2005:220) vem nos acrescentar que a argumentação *é a construção de um discurso que visa modificar a visão do outro, interlocutor, sobre determinado objeto.* Isso nos leva a crer que todo ato argumentativo consiste, sobretudo, em levar o outro, por meio de um discurso pré moldado, não só a obter outra maneira de ver determinado objeto, mas levá-lo a agir de acordo com preceitos pré-estabelecidos.

Contudo, sabemos que a argumentação se constitui de alguns elementos, dentre os quais, abordaremos aqui, nesta pesquisa, o convencer e o persuadir, buscando compreender no que consistem e quais suas funções e ou contribuições mediante o processo argumentativo. No entanto, daremos ênfase ao estudo da persuasão haja vista tratar-se do elemento principal deste estudo.

Sabemos que o conceito de persuasão, já foi, por um bom tempo, graças resquícius da retórica clássica, mais precisamente, herança dos sofistas, associado a arte do enganar, do que é falso. Pois como bem nos afirma Citelli (2007:01):

O conceito de persuasão já foi associado a mentira, engodo, manipulação, falsidade. Hoje, tende-se a vê-lo como um procedimento que resulta de exercícios da linguagem, cujo objetivo é formar atitudes, comportamentos, idéias. Desse modo, desde que garantindo o princípio democrático da circulação social do discurso,

persuadir passa a ser uma instância legítima de convencimentos, de afirmação de valores e de construção de consensos.

Reafirmando o que constata a citação acima, Citelli (op. cit.:15) insiste que *persuadir não é apenas sinônimo de enganar, mas também o resultado de certa organização do discurso que o que constitui como verdadeiro para o destinatário.* Talvez, haja, atualmente, pessoas que ainda confundam a arte de persuadir com técnicas de enganação. Provavelmente isso ocorra devido a persuasão se constituir do que é lógico, do que é verossímil, pois quem persuade, busca convencer o outro da validade do que se diz por meio dos argumentos apresentados, de fundamentos prováveis. Nesse contexto, não há a preocupação em apresentar provas concretas do que é dito.

Segundo Abreu (2006:25) *Argumentar é a arte de convencer e persuadir.* Entretanto, convencer alguém sobre um determinado assunto não significa necessariamente persuadi-la. O convencer e o persuadir não ocorrem, necessariamente, de forma simultânea. É possível convencer uma pessoa sobre algo, mas não conseguir persuadi-la a respeito do mesmo, ou vice – versa.

Neste sentido, Abreu (op. cit.:25) afirma que o convencer se fundamenta em *saber gerenciar informações, falar a razão do outro, demonstrando, provando.* Enquanto que o persuadir se constitui por *gerenciar relações, por falar a emoção do outro.*

Ainda complementando este raciocínio o autor acima citado acrescenta que *convencer é construir algo no campo das ideias [...] Persuadir é construir algo no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir (op.cit.:25)*

Em consonância com o que diz Abreu em relação à persuasão, Koch (2008:10) afirma que *o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando a adesão e não criando certezas.*

Compactuando da mesma linha de raciocínio, Perelman & Tyteca (1970 *apud* KOCH, 2006:18) ressaltam que:

a argumentação visa a provocar ou a incrementar a “adesão dos espíritos” às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Enquanto o ato de convencer se dirige

unicamente a razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo assim, capaz de atingir um “auditório universal”, possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal [...] o ato de persuadir, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor (es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se pois, a um auditório particular.

Mediante o contexto apresentado podemos observar que as diferenças entre um (convencer) e outro (persuadir) consistem no fato de que o convencer age no plano da razão, trabalha com a verdade absoluta, enquanto o persuadir atua no plano da emoção, do que pode vir a ser de acordo com a adesão do auditório a que se dirige.

Deixemos um pouco de lado a questão da persuasão e do convencimento, teoricamente falando, e busquemos compreender o conceito de auditório bem como seu papel/função no processo de construção da argumentatividade. O que implica, de certa forma, observar a influência do auditório mediante a construção da persuasão na argumentação.

1.4 - Auditório – Conceito

O que a Nova Retórica de Perelman & Tyteca conserva, sobretudo, da Retórica tradicional, é sem dúvidas, a concepção de auditório, que mediante a construção de um discurso é “imediatamente evocada”, pois como afirma Perelman & Tyteca (2005:7):

todo discurso se dirige o um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, conscientemente

ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se.

Diante do que nos afirma o autor, na citação acima, é considerável dizer que não é possível que haja uma construção eficaz de discurso se não, se considerar, no momento de produção, o público ou o leitor a quem o discurso é direcionado.

Sendo assim, uma das condições básicas para sermos bem sucedidos mediante o processo argumentativo é considerarmos, antes de qualquer coisa, o outro. Esse outro se caracteriza como sendo a pessoa ou o grupo de pessoas a quem nos dirigimos com o propósito de convencê-los ou persuadi-los sobre o que dizemos. O outro a quem nos dirigimos, quer seja singularmente ou pluralmente falando, é o que constitui o conceito de auditório. Conceito este de fundamental importância na construção da argumentação e que é defendido por vários estudiosos da linguagem que a compreende não apenas no aspecto formal, estrutural da língua, mas, sobretudo, no aspecto de uso da língua.

Perelman & Tyteca (op.cit.:22 - 23) conceitua auditório como *o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*. E ressalta que *o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz*. Em síntese, o conhecimento daqueles a que pretendemos conquistar é parte fundamental a ser considerada no processo argumentativo, pois como bem nos lembra Abreu (2001:10):

Saber argumentar é, em primeiro lugar, saber integrar-se ao universo do outro, obtendo o que queremos de modo cooperativo e constitutivo, traduzindo nossa verdade dentro da verdade do outro.

Assim, é possível concluir que é preciso conhecer seu auditório para poder adequar-se a ele, pois é só conhecendo seu interlocutor/leitor que se pode obter, de forma cooperativa, seu consentimento ao que é enunciado.

Sabemos que um auditório se caracteriza de forma heterogênea e que por consequência desse fato dificilmente um orador conquistará um auditório por completo, porém cabe ao bom orador obter a adesão da maior parte possível desse auditório para que assim, o processo argumentativo cumpra sua função.

Contudo, há outro fator muito importante que todo bom orador deve considerar na aquisição do processo argumentativo. Trata-se de respeitar seu interlocutor, ter apreço pelo mesmo e demonstrar-se dispostos a ouvi-lo, a aceitar seu ponto de vista, pois tais requisitos além de serem condições prévias para uma argumentação eficaz também são essenciais para o desenvolvimento dela.

Segundo Perelman & Tyteca (op.cit.:50) o objetivo de toda argumentação consiste em:

[...] provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento: uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida [...] ou pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno.

Isso implica que todo ato argumentativo pressupõe um acordo entre orador (autor) e seu auditório (leitor). Esse acordo ocorre por meio da argumentação do orador que busca, com seu discurso, aumentar a adesão de seu auditório em relação à tese defendida criando nele uma disposição para a ação.

Tendo em vista a relação pré-estabelecida entre orador, auditório e discurso, não há como pensar em argumentação sem considerá-los partes essenciais, indispensáveis e, portanto, indissociáveis ao ato argumentativo.

1.5 – Discurso, gênero do discurso e linguagem.

Considerando a relação anteriormente citada entre orador, auditório e discurso e acreditando que os conceitos de orador e auditório discutidos no transcórre do texto, estejam, de certa forma, esclarecidos, consideramos pertinentes abordar, ainda que sucintamente, o termo discurso. Para tanto, partiremos para a observação de tal termo, considerando a maneira como este é concebido pela Análise do Discurso, haja vista ser esta a linha teórica que norteia a nossa pesquisa.

A proposta aqui, além de, neste primeiro momento, se pautar na compreensão, bem como na fundamentação do termo discurso e sua(s) funcionalidade(s), consiste também em,

posteriormente, dada a análise da amostra que será realizada nesta pesquisa, atentarmos para sua(s) construção (es) e/ou função(es) no discurso persuasivo de determinados provérbios.

Partimos da premissa de que é na linguagem que o discurso se constitui, portanto, não há como estudar o discurso, ou a construção deste, sem citarmos o estudo da linguagem.

Contudo, não temos a pretensão de nos estendermos sobre estudos da linguagem, porém, como dito anteriormente, é praticamente impossível realizarmos estudos discursivos sem mencionarmos o termo linguagem, pois acreditamos que é em um e pelo outro que ambos se constituem.

Sabemos que são várias as maneiras pelas quais podemos realizar estudos sobre a linguagem, sobretudo porque devemos considerar que as gramáticas e *as maneiras de se estudar uma língua são diferentes em diferentes épocas, em distintas tendências e em autores diversos* (ORLANDI, 2009:15).

De acordo com Orlandi (op.cit.:15), podemos centralizar o estudo da linguagem com base na Lingüística, concentrando nossa atenção sobre a língua como sistema de signos ou como sistemas de regras formais; como normas de bem dizer, por exemplo, aí temos a gramática normativa ou por meio da Análise do Discurso que, embora considere importante a língua, suas regras gramaticais e todo seu processo estrutural, centra-se, sobretudo em analisar o discurso. Discurso aqui compreendido como *palavra em movimento, como prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando*.

Cumpre-nos observar, dentro do que nos propõe a teoria apresentada, que o discurso se constitui na e pela língua, porém, a língua em uso. O que nos permite compreender que os signos lingüísticos, bem como as regras e estruturas de uma língua, embora sejam partes fundamentais, necessitam, em termos semânticos, da presença de um contexto situacional, haja vista o fato de que determinados termos ou enunciados, se proferidos soltos, não fazem o menor sentido, ou melhor dizendo, se proferidos descontextualizados não atingem seu(s) propósito(s).

Atentemo-nos para o fato de que na Análise do Discurso, ou nos estudos discursivos, não se separam formas e conteúdos. Dessa forma, concebe-se a língua em sua estrutura, mas principalmente enquanto acontecimento.

Busca-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte social geral, constitutivo do homem e de sua história. [...] Linguagem como mediação necessária entre o

homem e a realidade natural e social
(ORLANDI, 2009:15).

Como podemos observar, os estudos discursivos concebe a linguagem como fenômeno mediador entre o homem e sua realidade. Quer seja esta última, natural ou social. Essa mediação, que ocorre por meio do discurso, permite não só a permanência, a continuidade e o deslocamento do homem frente a sua realidade, como também e, principalmente, a transformação deste homem e da realidade em que vive, pois como bem afirma Orlandi (op.cit.:15), *o trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.*

Sabemos que os discursos se constituem a partir da interação/relação entre homem, sociedade e língua. Sabemos ainda que os discursos ou gêneros discursivos se realizam em diferentes esferas de uso da linguagem, a partir dos quais se organizam os textos.

Vale ressaltar que a Análise do Discurso, segundo Orlandi (op.cit.:17), *considera que a linguagem não é transparente. Deste modo ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?* Isso redundava no que já foi dito anteriormente a respeito de se considerar o contexto situacional enquanto parte fundamental no processo de formação discursiva de um enunciado. Prioriza-se tanto o “que” quanto o “como” fazer mediante o processo de construção do discurso constituído a partir de um processo dialógico, portanto, comunicativo.

Em relação à importância do contexto comunicativo para assimilação de um repertório que se dispõe a enunciar uma determinada mensagem, Machado (2006:157), afirma que:

os gêneros discursivos são formas comunicativas que não são adquiridas em manuais, mas sim nos processos interativos: a língua materna, seu vocabulário e sua estrutura gramatical, não os conhecemos por meio dos dicionários ou manuais de gramática, mas sim graças aos enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos na comunicação discursiva efetiva com as pessoas que nos rodeiam.

Desta forma, podemos reafirmar que a construção de um discurso nunca se dá mediante a um processo individual, pelo contrário, ocorre, pois, em detrimento da interação entre uma pessoa (locutor) e outra (interlocutor), quer nos refiramos ao discurso oral ou, entre autor e leitor, caso nos refiramos ao discurso veiculado por meio de texto escrito. Assim, e associando o que vem sendo discutido até então ao discurso persuasivo, tema central de nosso estudo, é possível afirmar, com base em pressupostos teóricos apresentados, que o discurso persuasivo não deve ser considerado como realização de um indivíduo solitário, como se fosse algo criado e posto em circulação por uma única pessoa. Quando uma pessoa se manifesta em relação a um determinado assunto, certamente trás consigo, em seu discurso, posições, convicções ideológicas, interesses a serem defendidos, pois estas pessoas ao se manifestarem são:

como se também fossem falados por discursos precedentes [...] Tal processo decorre do caráter social que a linguagem possui e que permite circular, através dela, os fluxos comunicativos que integram diferentes tipos de vozes e lugares onde os discursos são produzidos [...] Ao falarmos, somos também falados por grandes unidades de linguagem, que carregam consigo temas, problemas, valores, conceitos. Deste modo, “nossas opiniões” podem não ser tão “nossas” como imaginamos (CITELLI, 2007:36-37).

1.6 – Gêneros: conceito

Diante do que observamos, até então, nesta pesquisa, em relação à construção do discurso, consideramos oportuno abrir um parêntese, neste momento, para discutirmos um pouco a questão dos gêneros. No entanto, é preciso esclarecer que concebemos, neste estudo, gênero discursivo e gêneros textuais como sinônimos. Acreditamos que a diferença entre os termos consistem apenas em nomenclaturas distintas que por sua vez se adequam às teorias aplicadas. Em termo de significado ou resultado final, acreditamos tratar da mesma coisa. Portanto, tais termos aqui, serão empregados como sinônimos.

Partimos do princípio de que é por meio dos gêneros discursivo-textuais, (orais e escritos), que o homem põe em prática o uso da linguagem e, conseqüentemente passa a interagir com as práticas sociais de leitura e escrita que permeiam a sociedade. Assim, e considerando que a análise discursiva tem como base o entendimento social do texto, consideramos pertinente uma breve explanação sobre gêneros e tipologias de modo que possamos compreender no que consiste cada termo bem como suas funções sociais.

Já vimos anteriormente que os discursos são organizados em gêneros que por sua vez são agrupados em grupos denominados, tipologias textuais, ou se preferirem, tipologias discursivas.

Partindo da concepção de Maingueneau (2001:61) que designa gêneros do discurso como sendo estes *dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes*, podemos dizer que os gêneros são constituídos pelas ações que se estabelecem em um determinado contexto situacional. Ainda neste sentido o autor acima citado acrescenta que *os gêneros do discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores de atividades sociais*.

Considerando o que nos diz o autor podemos pensar que as tipologias discursivas são mecanismos por meio dos quais os discursos se propagam em contextos sociais específicos, constituindo assim os diversos gêneros. Ainda em relação a tipologias e destacando sua importância perante a construção dos gêneros, Travaglia (2002) afirma que um texto se define como de um tipo por uma questão de dominância, em função do tipo de interlocução que se pretende estabelecer, e não em função do espaço ocupado por um tipo na constituição deste texto.

Travaglia nos apresenta sua concepção referente aos gêneros nos afirmando que um gênero se caracteriza por exercer uma função social específica. Ou seja, para ele estas funções sociais são previstas e que intuitivamente, ao vivenciá-las, o usuário saberá em momentos específicos de interação, qual gênero usar, adequando-o de acordo com a função social correspondente.

Mediante o contexto apresentado cumpre-nos observar que cada gênero se adéqua a uma determinada situação interativa decorrente do uso social de cada texto. Esta adequação ocorre desde a escolha do texto, observando sua estrutura composicional, a linguagem empregada, assim como o público alvo a que se dirigirá o texto, ou o discurso. Ou seja, retomamos aqui, a necessidade de considerarmos, a relevância do auditório mediante o processo discursivo.

Em vista disso, pode-se dizer que:

os gêneros nos ajudam a navegar dentro dos complexos mundos da comunicação escrita e da atividade simbólica, porque, ao reconhecer uma espécie de texto, reconhecemos muitas coisas sobre a situação social e institucional, as atividades propostas, os papéis disponíveis ao escritor e ao leitor, os motivos, as idéias, a ideologia e o conteúdo esperado do documento e do lugar onde isso tudo pode caberem nossas vidas (BAZERMAN, 2005:84).

Em virtude das funções concernentes aos gêneros, torna-se perceptível a importâncias dos mesmos perante a sociedade, sobretudo por considerarmos que é por meio deles que ocorre a inserção do homem no contexto social, bem como a evolução dos mecanismos de interação, de transformação, de ação das pessoas.

Considerando o exposto, podemos concluir que os gêneros são fenômenos que constituem a formação, assim como a manutenção e a realização de uma sociedade. São, portanto, dispositivos por meio dos quais criamos espaços de interação e comunicação social.

Chegamos até aqui, visando a concentrar nossos estudos, em um gênero específico, objeto central desta pesquisa. Trata-se dos provérbios e/ou ditados populares.

Primeiramente é preciso dizer que não fazemos distinção em relação às construções fraseológicas que constituem os provérbios e os ditados populares. Acreditamos, sim, que as diferenças de concepções que possa haver entre um (provérbios) e outro (ditados populares) se derivam de um processo cultural. Como esse processo não nos interessa, *a priori*, não entraremos no mérito de discutir a questão. Ateremo-nos apenas a dizer, por este momento, que dentro do que buscamos neste estudo, concebemos provérbios e ditados populares, em termos estruturais, como sendo praticamente a mesma coisa.

Passemos ao próximo passo, portanto, que consiste em apresentar o gênero em questão.

1.7 - Provérbios – definição e caracterização

Definir provérbios não é uma tarefa muito simples, começemos então, buscando compreender suas principais fontes.

De acordo com Cazalato (2008:24):

há três fontes principais de provérbios: os clássicos, os literários e os populares. Os provérbios clássicos têm origem erudita: são os bíblicos, os filosóficos, os de origem religiosa. Os literários são também de origem erudita, mas provindos da literatura clássica universal, do teatro, dos ditos de personalidades históricas etc. Os populares são aqueles provérbios que apresentam características de usos e costumes do povo.

Dentre os tipos de provérbios, por assim dizer, citados pela autora acima, nossa atenção se volta para os provérbios populares, até, mesmo, porque, considerarmos o fato destes provérbios estabelecerem um diálogo popular que por sua vez se constitui, sobretudo, por um caráter altamente persuasivo.

Há um consenso de que os provérbios são ditos populares tradicionais de sabedoria e conselho. De que são rápidos e incisivos, que apresentam uma parte dos pressupostos culturais de uma sociedade, de seus valores e da maneira de fazer as coisas.

Nesse contexto, podemos dizer que os provérbios constituem parte importante de cada cultura, pois além da função de aplicar à sociedade exemplos morais, filosóficos e religiosos, constitui um gênero popular, a partir do qual, é permitido fazer com que os outros ouçam (ou leiam), pela nossa própria voz, a voz da sabedoria popular. (Bakhtin, 2006)

Enquanto gênero popular sua importância se afirma mediante o que nos diz Abreu (2006:30): *entre todos os gêneros que nos governam, o mais significativos deles é o discurso do senso comum. Trata-se de um discurso que permeia todas as classes sociais, formando a chamada opinião pública.*

Consideramos necessário, a esta altura, antes de darmos continuidade a discussão proposta a respeito do assunto em questão, discutimos, um pouco, sobre o termo “popular” apresentado por Bakhtin, para que não nos reste dúvida no que tange ao significado de tal termo dentro da nossas perspectiva.

Sabemos, que para muitos, e provavelmente até por uma questão cultural em que se valorizam determinados estereótipos, o que é tido como popular é considerado como sendo

algo inferior. Algo sem muito valor, sem importância e em muitos casos, dignos de serem deixados de lado. Isso ocorre também porque o próprio termo “popular” apresenta algumas definições que remete a esta concepção. Entre as definições apresentadas pelo dicionário Aurélio (2005: 642), por exemplo, os significados apresentados para o termo em questão são: *vulgar, trivial*.

Ressaltamos, porém, que aqui, nesta pesquisa, o termo “popular”, empregado conjuntamente a palavra gênero para compor a expressão “gênero popular” é admitido de acordo com outra definição também apresentada pelo mesmo dicionário e consiste em: *do, ou próprio do povo* (AURÉLIO, 2005:642).

Esclarecido nossa concepção sobre o termo popular retomemos a definição e caracterização de provérbios. Sabemos que os provérbios carregam valores culturais de uma sociedade e ensinamentos que são passados de geração a geração. Considera-se, portanto, que os provérbios, no que diz respeito a sua estrutura composicional, se constituem de expressões, geralmente construídas por frases curtas, dando origem a um gênero discursivo de caráter prático e popular que se caracteriza, sobretudo, por sintetizar conceitos a respeito da realidade ou regras sociais e morais (Mello, 2009).

Por este caráter prático e popular compreendemos um discurso breve, claro e conciso que atinja a toda sociedade. Além do que, a partir desse caráter, também se justifica a estrutura altamente persuasiva de seus enunciados haja vista o objetivo principal do discurso neles presente, que se fundamenta em especial, em convencer ou como bem aponta esta pesquisa, persuadir a sociedade em relação aos exemplos a que ela aplica.

Cumpra-nos observar que, no que diz respeito ao que se discute logo acima, e de acordo com Guimarães (2005:78), *a persuasão é presente na argumentação, porque é o modo de convencer alguém de certos fatos ou a necessidade de tomar certas atitudes*.

Ainda no contexto de caracterização do gênero em questão é preciso destacar que os provérbios:

longe de se apresentarem como um enunciado qualquer, tem o privilégio de ser memorizado por suas propriedades específicas: extralingüísticos, porque o provérbio pertence a um estoques de enunciados de um conjunto de usuários de uma língua dada. Enunciando um provérbio, o locutor maximiza a verdade do seu dizer, o lugar além da diversidade e da relatividade de “autoridades”

discursivas e sócio-culturais (CAZELATO, 2008:26).

É importante observarmos que os provérbios, embora se constituam de frases, geralmente curtas e de uma linguagem popular, não são constituídos por palavras jogadas aleatoriamente. Pelo contrário. Assim, como todo e qualquer bom texto, os provérbios, no que se refere a construção de seus enunciados, requerem atenção quanto a escolha dos elementos lingüísticos que produzirão seus discursos, considerando não somente os recursos da língua, mas e, sobretudo, sua construção composicional, pois como nos afirma Brait (2006, p.88):

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais, mas também e, sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos [...] fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação.

Diante disso, e se apoiando em Maingueneau, Cazelato (2008:24), ressalta que *o provérbio é uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro*. Podemos inferir, portanto, que o enunciador de um provérbio identifica seu sentido e se apóia nas propriedades lingüísticas do enunciado, bem como em sua memória cultural.

1.8 – Conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e inferências: fatores de compreensão da leitura.

Considerando os aspectos culturais da língua enquanto fenômenos interferentes na produção da argumentação, ou ainda, da persuasão dos enunciados proverbiais, nos ateremos a pesquisar, neste estudo, mediante a análise posteriormente apresentada, os fatores, que julgamos essenciais a compreensão dos fenômenos acima citados. Trata-se dos conhecimentos linguísticos, conhecimentos enciclopédicos ou conhecimentos de mundo e, das inferências (Koch, 2010), compreendidas também pelos termos posto e pressuposto de acordo com (Citelli, 1994).

A título de esclarecimento, os conhecimentos linguísticos, são responsáveis por compreender o conhecimento gramatical e lexical de um enunciado.

No que tange aos conhecimentos gramaticais, estes são responsáveis pela organização lingüística presentes na superfície textual como os conectivos, as preposições, as conjunções, as figuras de linguagem entre outros aspectos estruturais da língua. Já os conhecimentos lexicais abrangem as escolhas das palavras que constituem os enunciados. Ou seja, são responsáveis pelas escolhas lexicais adequadas ao tema ou aos modelos cognitivos ativados. (Koch & Elias, 2010).

Mediante a discussão que temos feito referente ao assunto, conhecimentos linguísticos, podemos dizer, de forma sucinta, que os mesmos, compreendem os fenômenos/recursos da língua.

Em concordância ao que dizemos aqui, Citelli (1994:69) afirma que:

a busca dos efeitos argumentativos pode envolver uma conduta quanto à escolha das palavras, locuções e formas verbais. Optar por um termo em detrimento de outro é gesto menos arbitrário do que imaginamos e costuma significar o cruzamento dos planos estilísticos e ideológicos na direção dos discursos persuasivos.

Isso significa que as escolhas lexicais exercem uma função importante no processo de construção da argumentação, haja vista serem elas um dos fatores responsáveis por produzirem os efeitos persuasivos desejados pelo locutor em relação a seu interlocutor.

Entretanto, devemos ressaltar que, para que as escolhas lexicais cumpram sua função de produzir tais efeitos sobre o outro, é preciso, no momento de seleção dos termos, considerar o auditório para o qual o discurso será dirigido.

Os conhecimentos enciclopédicos ou conhecimentos de mundo, que também são denominados por conhecimentos prévios, nomenclatura esta que será adotada por nós, nesta pesquisa, todas as vezes que formos nos referir a tais conhecimentos, como já mencionado anteriormente, correspondem aos conhecimentos que um indivíduo adquire no decorrer de sua vida, por meio de suas experiências. É neste sentido que o que dizemos ganha força com a concepção de Koch & Elias (2010) em relação ao assunto em questão, quando afirmam que, para que ocorra, eficazmente, o processamento textual, quer seja no momento de produção, quer seja no momento de leitura, recorreremos a esses três grandes sistemas de conhecimentos, pois esses momentos, tanto de produção quanto de leitura, compreendem, por parte do autor/leitor, a mobilização de vários saberes, em especial, os que temos apresentados e discutidos até aqui.

Ainda no contexto dos conhecimentos prévios, é preciso ressaltar, que os consideramos fundamentais para a compreensão de um enunciado, haja vista, serem responsáveis por ativar informações armazenadas na memória de cada indivíduo que por sua vez são absorvidas pelas experiências vividas, contribuindo assim, para o processo interpretativo, de modo que é através de seus conhecimentos prévios, que o leitor pode complementar as lacunas que não foram preenchidas pelos demais conhecimentos.

Desta formas podemos concluir que os conhecimentos prévios se constituem pela ativação dos conhecimentos das coisas do mundo para produzir o sentido do texto, a partir do lingüístico materialmente constituído. (Koch & Elias, 2010).

Por inferências, compreende-se, de acordo com Kock (2010:28), que estas:

constituem estratégias cognitivas extremamente poderosas, que permitem estabelecer a ponte entre o material linguístico presente na superfície textual e os conhecimentos prévios e/ou compartilhados dos parceiros da comunicação. Isto é, é em grande parte através das inferências que se pode (re)construir os sentidos que o texto implícita.

Percebemos, mediante a afirmação de Koch, que as inferências constituem-se por serem responsáveis pela compreensão dos implícitos em um enunciado/discurso. São, portanto, mecanismos que nos auxiliam na descoberta do que anteriormente chamamos de posto e pressuposto de um texto e/ou discurso.

Concernente ao assunto cabe observarmos, que há outras nomenclaturas que se destinam a designar os implícitos em um texto/enunciado. Referimo-nos, por exemplo, aos conceitos de **posto e pressuposto**, citando Citelli (1994:60) que consistem em: **posto** *aquilo que vem claramente expresso no enunciado*. Ou seja, as informações que o texto apresenta, por meio de elementos lingüísticos escritos, de forma clara e concisa, de modo que não restem dúvidas ao leitor/interlocutor sobre o que é dito ou escrito ou que apresente outras possíveis interpretações; **pressuposto**, *conquanto não esteja explícito, funciona como referência e orientação para o que será desenvolvido e formulado no posto*. Assim, *falar em pressuposto é admitir que existe, dirigindo o enunciado, algo que o delimita, mas nele não se expressa diretamente*.

A partir desse momento, em que já reconhecemos que a produção de texto, neste caso, de um provérbio, exige mais do que o simples fato de juntar aleatoriamente as palavras ou frases e, sabendo que para a constituição de sentido de uma frase e ou enunciado, é necessário que seja adotado certos procedimentos, que vão desde a escolha dos vocábulos até as relações entre eles e as frases, (Citelli, 1994), daremos sequência a nossa pesquisa, apresentando, no próximo capítulo, a seleção dos provérbios que constituirão a amostra a ser analisada. Em seguida traremos a análise, propriamente dita, dos provérbios selecionados, dentro das perspectivas sugeridas neste texto.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA AMOSTRA

2.1 Critérios de análise

Considerando que o objetivo principal desta pesquisa consiste em observar como ocorre o processo persuasivo em determinados provérbios, neste capítulo, faremos o levantamento de alguns aspectos responsáveis pela construção argumentativa da amostra selecionada, considerando, sobretudo, alguns fatores responsáveis pela produção de sentido, ou seja, pela compreensão de um texto/enunciado.

Como vimos anteriormente, a produção de sentido de um texto/enunciado, sendo ele persuasivo ou não, necessita da mobilização de vários conhecimentos. É partindo desse pressuposto que buscaremos, no processo de análise da amostra, indicar, por intermédio dos enunciados proverbiais, os mecanismos geradores de sentidos.

Para isso, e com o intuito de facilitar os caminhos que temos a percorrer, adotamos alguns critérios que nos servirão como norteadores no decorrer de todo o processo de análise.

Consideramos pertinente citar os critérios adotados para análise, e apresentar, ainda que retomando o que já foi mencionado anteriormente, uma síntese do que cada mecanismo representa, de modo a fundamentá-los no contexto apresentado.

Os critérios adotados para a análise são:

- 1) *Gênero* – Compreende-se o texto em suas características estruturais e funções sociais.
- 2) *Conhecimentos Linguísticos* – são responsáveis por compreender o conhecimento gramatical e lexical de um enunciado.

No que diz respeito aos conhecimentos gramaticais, como citado no momento anterior, estes são responsáveis pela organização linguística presente na superfície textual como os conectivos, preposições, conjunções, figuras de linguagens entre outros. Já o conhecimento lexical abrange as escolhas das palavras que constituem o enunciado.

Isso significa dizer que as escolhas lexicais exercem uma função importante no processo de construção da argumentação, haja vista serem elas uma das responsáveis por produzirem os efeitos persuasivos desejados pelo locutor em relação a seu interlocutor. Entretanto, devemos ressaltar que, para que as escolhas lexicais cumpram sua função de produzir tais efeitos sobre o outro é preciso, no momento de seleção dos termos, considerar o auditório para o qual o discurso será dirigido.

- 3) *Conhecimento prévio* – Se caracteriza por ser uma espécie de conhecimento que o indivíduo adquire em detrimento de experiências. Consideramos esse conhecimento

fundamental para a argumentação, pois ele é responsável por ativar informações armazenadas na memória de cada indivíduo que por sua vez são absorvidas pelas experiências vividas e contribuem para o processo interpretativo, de modo que é através do conhecimento de mundo que o leitor pode complementar as lacunas que não foram preenchidas pelos demais conhecimentos (Orlandi, 2009).

4) *Inferências* - De acordo com Koch (2010:28):

as inferências são estratégias cognitivas[...] que permitem estabelecer a ponte entre o material lingüístico[...] e os conhecimentos prévios[...]. Isto é, é em grande parte através das inferências que se pode (re) construir os sentidos que o texto implícita

Percebemos, mediante a afirmação de Koch, que as inferências constituem-se por serem responsáveis pela compreensão dos implícitos em um enunciado/discurso. São, portanto, mecanismos que nos auxiliam na descoberta do que anteriormente chamamos de posto e pressuposto de um texto e/ou discurso.

2.2 – Seleção da Amostra

- 1 - Festa de rico é luxo, festa de pobre é bucho (Pinto, 2000:78)
- 2 - Prece de pobre é pedido, prece de rico é recibo (Pinto, 2000:138)
- 3 - Macaco não vê seu rabo, mas enxerga o da cutia (Pinto, 2000:103)
- 4 - Quem tem rabo de palha não chega perto do fogo (Mello, 2009:419)
- 5 - Cuida que de prudente não passes a demente (Pinto, 2000:140)
- 6 - Uma vez se engana o prudente, duas o inocente (Pinto, 2000:141)
- 7 - Passarinho que come pedra sabe o cu que tem (Pinto, 2000:128)
- 8 - Passarinho velho não se deixa apanhar em qualquer rede (Pinto, 2000:128)
- 9 - A espada vence, a palavra convence (Pinto, 2000:71)
- 10 - Prenda sua cabra que meu cabrito está solto (Mello, 2009:402)

2.3 – Análise da Amostra

O primeiro item a ser analisado, de acordo com o que propusemos anteriormente, é o gênero textual. Em relação a esse item, como todos os enunciados que serão analisados, são pertencentes ao mesmo gênero, faremos, agora, a análise deste critério, considerando os enunciados que compõem o corpo da análise como um todo. Isso implica que não voltaremos a falar sobre o assunto, gênero, no decorrer da análise. Ateremo-nos, posteriormente, a analisar apenas, no interior de cada provérbio, os outros critérios os quais já foram apresentados e conceituados em momentos anteriores.

Enquanto gênero textual, podemos dizer que, considerando sua estrutura composicional e sua função social, os textos que compõem o corpo de análise desta pesquisa se denominam provérbios populares. Em termo de estrutura composicional, este gênero se constitui de expressões, geralmente, construídas por frases curtas, diretas e incisivas. Estabelece assim, um diálogo prático e popular que se caracteriza, sobretudo, por um caráter altamente persuasivo, uma vez que sintetiza conceitos a respeito da realidade ou regras sociais e morais.

Convém retomarmos a classificação/conceitos de gêneros de Retórica, postulada por Aristóteles, que consiste em: gêneros deliberativos – voltados para o julgamento de fatos futuros, para aconselhar ou desaconselhar; gêneros judiciais – voltados para o julgamento de ações passadas, a fim de acusar ou defender; gêneros demonstrativos – voltados para fatos presentes, com a finalidade de louvar ou censurar.

Essa retomada de conteúdos tem como finalidade, observarmos que os provérbios populares, enquanto gêneros cumprem exatamente essas funções pré-estabelecidas pelas classificações de gêneros de acordo com Aristóteles, uma vez que apresentam em seus enunciados características que direcionam estes textos a atos de julgamentos, defesas, aconselhamentos etc.

Cumpra ainda observarmos em relação às funções sociais deste gênero a condição de representar parte de cada cultura, haja vista, aplicar a sociedade exemplos morais, filosóficos e religiosos. Além do que, se constitui como um gênero do senso comum, o que de certa forma o torna mais significativo uma vez que o discurso que o constitui permeia todas as classes sociais, portanto um discurso que atinge a todos.

Provérbio 1 - *Festa de rico é luxo, festa de pobre é bucho.*

Conhecimentos Linguísticos - podemos observar, a princípio, que o provérbio acima citado se constitui por orações coordenadas. No entanto, por serem independentes, não possuem, neste caso, conectivos textuais ligando uma oração a outra. Observamos que a ligação entre as orações ocorrem pelo uso da vírgula caracterizando assim a presença da figura de linguagem assíndeto que consiste na ausência de conectivos de ligação que por sua vez é responsável por dar certa agilidade ao texto. O que é bem característico do gênero em estudo, pois como já citado, se trata, geralmente, de textos constituídos por enunciados curtos.

Outra figura de linguagem encontrada no enunciado deste provérbio é a antítese que se caracteriza pela aproximação de termos ou frases que se opõem pelo sentido. A antítese aqui ocorre pelo jogo de palavras *rico e pobre*.

Outro aspecto relevante a ser destacado em relação aos conhecimentos linguísticos do provérbio em análise refere-se à rima presente entre os termos finais de cada oração. São eles: *luxo e bucho*. Neste caso, podemos dizer que temos uma sonoridade perfeita uma vez que ocorre uma completa identidade dos sons finais dos últimos vocábulos que constituem cada oração. Além do que, atentemo-nos para o fato de que a rima faz voltar à linha precedente, força a pensar nela, obriga as linhas que formulam um pensamento a terem unidade. Ou seja, a rima, neste caso, é um mecanismo de coesão do texto.

Ainda, pensando nos termos *luxo e bucho*, embora, em outras situações possam ser empregados como substantivos dentro de uma oração, neste caso, cumprem a função de adjetivos, haja vista a posição em que estão empregados dentro dos enunciados caracterizando ou qualificando o substantivo *festa* em ambas as orações.

Conhecimentos Prévios – Começando pelo primeiro termo do enunciado, *festa*, faz-se necessário que o leitor/interlocutor tenha conhecimento de que esta palavra significa comemoração, diversão, entretenimento. Reunião de um grupo de pessoas que compartilham do mesmo interesse do objetivo proposto pelo evento.

Já os termos, *rico e pobre*, compartilham a ideia de posição social. Representam, neste caso, respectivamente, grupos com alto e baixo poder aquisitivo.

Em relação aos termos *luxo e bucho* é preciso que este leitor/interlocutor recupere o sentido de que um, *luxo*, significa riqueza, em muitos casos, exuberância. O outro, *bucho*, popularmente empregado para designar o estômago de um ser, podendo ser de um humano ou até mesmo de um animal. No caso do bucho do animal este dá origem a um prato culinário da

cultura popular. Trata-se da dobradinha que é feita do estômago do boi misturado a outros ingredientes e possui baixo valor econômico.

No enunciado do provérbio em questão, tais termos, *luxo e bucho*, são empregados com o intuito de caracterizar o substantivo *festa*, diferenciando a festa dos ricos da festa dos pobres.

Inferências - A primeira inferência, possivelmente observada, encontra-se na primeira oração do provérbio que consiste em: *Festa de rico é luxo*. Podemos inferir, mediante ao fato de que *luxo*, como vimos anteriormente, se refere ao substantivo festa e que tal termo caracteriza esta festa como sendo específica do grupo de pessoas ricas, portanto, dos que possuem muito dinheiro e desfrutam de coisas caras. Enquanto que a segunda oração, *festa de pobre é bucho*, traz a designação de bucho como característica da festa de pobre explicitando o grau de inferioridade entre ambas as festas e, conseqüentemente, entre as classes sociais.

Cumpramos ainda observarmos, mediante ao contexto apresentado, que a palavra bucho associada ao termo festa, pode ser compreendida em duas situações diferentes: primeiramente, festa do bucho, pode ser entendida como uma possibilidade que o pobre tem de encher o estômago/barriga; segundo, que a festa do pobre se constitui por elementos baratos como por exemplo o bucho do boi.

Além disso, tem a questão do subentendido de que enquanto o dinheiro e as coisas que podem ser adquiridas em detrimento dele, fazem o rico feliz, para o pobre, a possibilidade de ter uma alimentação que supra suas necessidades é sinônimo de alegria, de festa e de comemoração.

Podemos complementar o que foi observado na construção dos enunciados que o emprego dos termos analisados acabam rotulando tanto a festa dos ricos quanto a dos pobres. Porém com um diferencial, enquanto rotula-se positivamente a festa dos ricos com o emprego do adjetivo *luxo*, desprestigia-se a festa dos pobres com o uso do termo bucho enquanto adjetivo.

Referente ao processo persuasivo do provérbio em questão podemos constatar que este ocorre, sobretudo, pela estigmatização presente no enunciado em decorrência dos termos empregados, bem como dos recursos lingüísticos utilizados na construção do discurso de tal gênero.

Neste caso, a persuasão é instaurada, dentro da argumentatividade, por parte do locutor/autor, visando persuadir/convencer o outro de que as diferenças sociais são fatos estabelecidos e que convém aceitá-los.

Provérbio 2 – *Prece de pobre é pedido, prece de rico é recibo.*

Conhecimentos Linguísticos – Assim, como o provérbio anterior, este também é formado por orações coordenadas. Compartilha, ainda, com o provérbio acima analisado, do fato, de não apresentar o uso de conectivos textuais ligando a primeira oração a segunda. A ligação feita entre uma oração e outra também se dá mediante o emprego da vírgula, portanto, mantém-se aqui, o emprego da figura de linguagem assíndeto, anteriormente conceituada, portanto, julgamos desnecessário repetir o que já foi mencionado a respeito dessa figura de linguagem.

Outro fator de análise que o segundo provérbio compartilha com o primeiro é outra figura de linguagem presente em seu enunciado. Trata-se, pois, da antítese, também já explicada no contexto analítico do primeiro provérbio. A antítese presente no provérbio 1 e também encontrada no provérbio 2 se constitui pelo jogo de palavras *rico/pobre*.

Destaca-se também nesse provérbio a figura de linguagem anáfora, que consiste na repetição de uma mesma palavra no início de frases ou versos. Neste caso, esse fenômeno ocorre com o emprego da palavra *prece*, repetida no início das duas orações.

Além disso, traz a presença de uma rima formada pelos últimos termos constituintes de cada oração que são: *pedido* (na primeira oração) e *recibo* (na segunda oração).

Convém ressaltarmos, desde já, que não daremos ênfase a questão das rimas, embora apontemo-las sempre que surgirem nos enunciados de cada provérbio analisado, pois consideramos que as rimas se fundamentam em sua total importância dentro do texto literário, e esse não é o nosso caso.

Conhecimentos Prévios - No primeiro contato do leitor/interlocutor com o enunciado convém a ele saber que o termo, *prece*, substantivo que dá início ao provérbio, além da função substantiva de designação, significa oração, que por sua vez corresponde a súplicas religiosas, ao ato de orar, conversar com Deus, fazer-lhe pedidos, agradecer-lhe por graças alcançadas por intermédio do poder divino. Tudo isso dentro de um contexto de religiosidade. Em contexto diferente, o mesmo termo, *prece*, que corresponde a oração, significa discurso, locução para convencer ou persuadir.

Referentes aos termos *pedido* e *recibo* que finalizam cada oração o leitor/locutor precisa ter ciência de que o primeiro, *pedido*, significa algo requerido, ou seja, aquilo que não se tem e se deseja ter, possuir, alcançar. Já o segundo, *recibo*, significa uma declaração escrita de se ter recebido algo: quitação (AURÉLIO, 2005: 618 - 686).

Inferências – Em relação à primeira oração, *prece de pobre é pedido*, podemos dizer, mediante ao exposto, que o *pobre* é caracterizado como um pedinte, ou aquele que vive a pedir coisas. Até mesmo nos momentos de orações, em que se volta para o ser supremo, Deus, o pobre é colocado na condição de pedinte. Suas preces, em vez de serem de agradecimentos, ou simplesmente momentos de interação com o divino, se caracterizam por serem mais um momento ou uma oportunidade de pedir algo. Em contra partida, na segunda oração, *prece de rico é recibo*, temos o rico na condição daquele que valoriza, antes de qualquer coisa, o dinheiro, os bens materiais. Acreditar em Deus ou em promessas divinas se torna secundário perto da credibilidade de um papel escrito.

Desta forma, diante do que nos possibilita compreender a partir dos enunciados que estruturam o provérbio, *prece de pobre é pedido*, *prece de rico é recibo*, é que o processo persuasivo deste texto é instaurado de modo a persuadir o leitor/locutor, não só, da condição inferior do pobre em relação ao aspecto social em que a questão da pobreza é associada a condição de pedinte, mas e, sobretudo, da diferença entre os dois grupos sociais no que tange ao aspecto de religiosidade. O pobre, aqui colocado na condição de pedinte, portanto, daquele que precisa ter fé para conseguir o que se pede a Deus, passa a ser interpretado como sendo a parte da sociedade que mais acredita em Deus, uma vez que, em muitos casos, por não obterem ajuda de seus semelhantes, apega-se a Deus como único capaz de ajudá-lo. Entretanto, o rico, que pensa que com o dinheiro tudo pode, acredita muito mais no poder das leis, representadas pelo recibo, do que no poder divino.

Provérbio 3 – *Macaco não vê seu rabo, mas enxerga o da cutia.*

Conhecimentos Linguísticos - Começamos observando a metaforização que ocorre em todo enunciado do texto, decorrente do uso feito pelo autor/locutor do provérbio acima citado, da figura de linguagem metáfora, que se fundamenta pelo emprego de palavras fora de seu sentido normal, por analogia. Um tipo de comparação implícita, sem termo comparativo. No caso do texto em questão, o fenômeno metafórico se dá pelo emprego dos substantivos *macaco* e *cutia* para designar o substantivo pessoas.

Outro ponto importante em relação aos componentes linguísticos do enunciado é que, de um lado, temos a ausência de um artigo precedendo o substantivo *macaco*, o que deixa bem claro que o termo a que nos referimos logo a pouco, *macaco*, se estende a qualquer pessoa que cultiva o hábito de olhar, no sentido de fofocar ou fazer comentários maldosos sobre a vida de outrem. De outro lado, temos a presença do pronome possessivo *seu* em: *macaco não vê seu rabo*, evidenciando que o rabo que o macaco não ver é especificamente o seu. Além do que, a própria função que os pronomes possessivos carregam que é de acrescentar à noção de pessoa gramatical, uma idéia de posse, torna claro as informações apresentadas até aqui sobre o assunto em discussão.

A segunda oração é iniciada pela conjunção coordenativa adversativa, *mas*, cuja função é ligar dois termos ou duas orações de igual função, neste caso, duas orações, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste, de oposição.

Dentro do contexto apresentado podemos dizer que a idéia de oposição da segunda oração, *mas enxerga o da cutia*, em relação à primeira, *macaco não vê seu rabo*, é estabelecida pela conjunção, *mas*.

Conhecimentos Prévios / Inferências – Mediante a ativação desses componentes se faz necessário ter o conhecimento de que o termo, *macaco*, pode ser empregado em sentidos diferentes. Primeiramente, que tal termo, de acordo com o significado da palavra, apresentado pelo dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio, se refere a: nome comum a todos os primatas, à exceção dos lêmures e do homem. Por Lêmure, ainda de acordo com o mesmo dicionário, entende-se uma espécie de mamíferos primatas, herbívoros, sociais que habitam em Madagascar (África); Segundo, a palavra *macaco*, dentro da cultura popular brasileira, também é empregada para designar pessoas que vivem protagonizando cenas burlescas, ridículas. Também chamada de macacada ou palhaçada.

O vocábulo *rabo*, em *macaco não vê seu rabo*, também apresenta sentidos diferentes. Pode ser empregado em sentido denotativo enquanto cauda ou em sentido conotativo como é empregado no provérbio em que adquire o sentido de si mesmo, ou melhor, macaco não vê seu rabo corresponde a pessoas que não enxergam seus próprios erros. Ou ainda pessoa que deixam de cuidar de suas próprias vidas para cuidar das vidas dos outros.

Podemos observar que o processo persuasivo instaurado nos enunciados que compõem o provérbio ocorre, sobretudo, pelo processo metafórico estabelecido entre as duas orações. Processo esse que se torna mais explícito com o emprego da adversativa “*mas*” que ressalta a condição lamentável do macaco que não dá conta do que acontece em sua vida porque está mais interessado em observar a vida da cutia. Ou seja, as pessoas que se ocupam demais com o que acontece na vida de outras pessoas, não dão conta de observar o que acontece a sua volta. Resumindo, tais pessoas não cuidam de suas próprias vidas, porque, geralmente, estão ocupadas demais, cuidando das vidas das outras pessoas.

Podemos destacar diante do resultado a que chegamos com a análise desse provérbio, as funções de julgar e de aconselhar do gênero em questão. Já que as pessoas que se comportam desta maneira, que deixam de cuidar de suas vidas para cuidar das vidas dos outros, são vista de acordo com a mensagem que o provérbio nos passa, como pessoas desocupadas, fofoqueiras, portanto, sem credibilidade em relação as informações que passam. Assim, concluímos que esse provérbio ao mesmo tempo em que julga as pessoas que se comportam como o macaco, aconselha as mesmas a não se tornarem como o macaco.

Provérbio 4 – *Quem tem rabo de palha, não chega perto do fogo*

Conhecimentos Linguísticos – O enunciado acima se inicia com o pronome interrogativo *quem* dando origem à primeira oração constituinte do provérbio. De acordo com a Nova Gramática do Português Contemporâneo, *quem*, classifica-se como um pronome substantivo e refere-se apenas a pessoa ou algo personificado.

O Dicionário Aurélio (2005:677), traz algumas definições referentes ao termo *rabo*. São elas: 1 – cauda; 2 – cabo de certos utensílios ou instrumentos; 3 – chulo. As nádegas ou o ânus.

O vocábulo *palha* também constituinte dos enunciados se classifica como um substantivo feminino cujo significado, também designado pelo mesmo dicionário anteriormente mencionado, corresponde a: haste seca das gramíneas (espécie de cereais) despojadas dos grãos e usada na indústria, ou como forragem (AURÉLIO, 2005:604).

Embora o termo *palha* apareça classificado no dicionário como pertencente a classe gramatical dos substantivos, dentro do enunciado do provérbio, *quem tem rabo de palha não chega perto de fogo*, o termo *palha* ocupa a categoria de adjetivo haja vista a função que desempenha dentro da oração que é a de caracterizar o rabo. Ou seja, qualificar o tipo de rabo de que se trata.

A segunda oração é composta por um período de subordinação. O que caracteriza uma oração subordinada, de acordo com a Nova Gramática do Português Contemporâneo, é o fato dela sempre desempenhar uma função sintática em outra oração [...], pois que dela é um termo ou parte de um termo. (CUNHA & CYNTRA, 1985:583). No caso citado, a segunda oração é parte da primeira haja vista a necessidade de uma complementação exigida pela primeira oração.

Ainda referente à segunda oração observamos que ela se inicia por o advérbio de negação *não* antecedendo o verbo *chegar*, cumpre, na condição de advérbio de negação, a função de modificar o verbo, neste caso, a expressão, *não chega*, explicita que *quem tem rabo de palha não chega perto de fogo*.

Ainda no contexto de análise da expressão *não chega*, cumpre observarmos que ela é composta pelo advérbio de negação *não* mais o verbo *chegar* conjugado no modo verbal imperativo. Essa construção se explica, sobretudo, por ser um traço característico do discurso persuasivo, cujas funções consistem em ordenar, pedir, suplicar, aconselhar, persuadir etc.

Conhecimentos Prévios/Inferências – Pode-se destacar que o leitor/locutor deste enunciado, dado um primeiro momento, observará que o termo *rabo* é empregado aqui não no seu sentido

denotativo, enquanto cauda etc. Mas sim, em sentido conativo cujo significado equivale a representar uma pessoa que tem rabo preso. Ou seja, uma pessoa que está comprometida, envolvida em situação reprovável, ou em atividade ilegal.

Em relação ao termo *palha*, associado a este contexto, este leitor/locutor deduzirá que a *palha* enquanto objeto propício ao fogo não poderá entrar em contato com o elemento fogo.. Assim, subtende-se, que a persuasão do texto consiste, sobretudo, em advertir as pessoas que se identificam com o discurso presente no enunciado deste provérbio que as pessoas que têm segredo, ou melhor, as pessoas que têm algo a esconder e que temem que seus segredos sejam expostos socialmente. Ou seja, de uma forma aconselhável, quem tem algo a esconder, não convém apontar os pontos falhos dos outros. Ou se preferirem, fique na sua se não quiser se dá mal.

Provérbio 5 – *Cuida que de prudente não passes a demente*

Conhecimentos Linguísticos - Observamos de imediato o emprego de um dos traços característicos dos textos persuasivos. Trata-se do uso do imperativo já no início da primeira oração do provérbio.

Como já citamos na análise do provérbio anterior a esse as funções do modo verbal imperativo, cumpre-nos destacarmos que esse modo verbal se subdivide em: imperativo afirmativo e imperativo negativo.

Como percebemos esse enunciado proverbial é constituído por um período composto por subordinação, cujo conceito e função já foram explicitados em análise posteriores, nesse mesmo estudo, portanto, consideramos desnecessária a repetição de tais itens. Focaremos a análise desse texto, apenas nos elementos que ainda não foram abordados.

Referente ao uso do modo verbal cima citado, temos, na primeira oração, a presença do imperativo afirmativo *cuida* iniciando a frase. Já na segunda oração, também temos o uso do imperativo, porém, em sua forma negativa, *não passes*.

Quanto aos termos *prudente* e *demente*, cumpre-nos observarmos que dentro das orações que compõem o provérbio, e de acordo com o que nos dita as regras gramaticais da língua portuguesa, se classificam como adjetivos, haja vista suas funções de caracterizar o sujeito das orações. Sujeito esse que por sua vez, também em consonância com as regras estipuladas pelas gramáticas tradicionais, e considerando o contexto em que se apresenta, é considerado oculto, uma vez que não está materialmente expresso na oração, mas pode ser identificado em decorrência das desinências verbais das orações que formam o enunciado proverbial em questão. (*cuida/passes*).

Conhecimentos prévios/Inferências – Colocando em prática seus conhecimentos prévios o leitor/locutor desse enunciado poderá considerar, já no momento inicial, os termos *prudente* e *demente*.

Se considerar os significados de tais termos temos:

prudente – aquele que tem prudência. Prudência por sua vez se fundamenta por ser a qualidade de quem age com comedimento, buscando evitar tudo que julga fonte de erro ou de dano (Aurélio, 2005). Popularmente, diríamos uma pessoa cautelosa;

demente - que ou quem tem demência. Demência: substantivo feminino que se caracteriza como, designação genérica de deterioração mental (Aurélio, 2005). Porém, em termo vulgar, é o que se denomina doente mental e, para os mais radicais, doido.

Pelos vocábulos *palha* e *fogo* compreende-se que a palha é um produto/objeto propício ao fogo e que uma vez colocados em contato, o fogo destruirá a palha com extrema rapidez.

Assim, mediante as colocações sugeridas, é previsivelmente passível associar, pelos enunciados que formam o provérbio, *cuida para que de prudente não passes a demente*, que a prudência enquanto ato de cautela, de precaução, de sensatez é positivo, porém, requer certo controle, pois assim como tudo na vida, a prudência em uso demasiado, certamente, deixará de ser algo positivo e passará a algo negativo.

Desta forma o provérbio nos alerta para as lições da vida, pois quem abusa, por assim dizer, da prudência, pode ser visto como um demente. Como uma pessoa desequilibrada, alienada, cujas atitudes não terão credibilidade perante a sociedade. Assim, o que antes era associado à qualidade, ao prestígio, (prudência) passará a ser visto como problema, defeito, maluquice, intolerância.

O termo demência, em contexto popular e em determinados lugares de nosso país, também é associado as pessoas que demonstram baixo nível intelectual. Isso não corresponde ao fato de uma pessoa não haver freqüentado uma escola, mas sim, pelo fato de não conseguir manter uma linha de raciocínio. Nessa condição essas pessoas são vista e tratadas como seres incapazes. Não só de pensar, mas, sobretudo, de lutar pelos seus direitos enquanto cidadão.

Provérbio 6 – *Uma vez se engana o prudente, duas o inocente.*

Conhecimentos Linguísticos - Começamos pela observação que o termo inicial da oração, *uma*, nos obriga a fazer. Esse vocábulo traz, de acordo com as normas das gramáticas tradicionais, duas classificações: *uma* – trata-se de um numeral, portanto pertence à classe gramatical dos numerais, cuja função consiste em *indicar uma quantidade exata de pessoas ou coisas, ou assinalar o lugar que elas ocupam numa série* (CUNHA & CYNTRA 1985:358);

dois – trata-se de um artigo que por sua vez se subdivide em definido e indefinido.

Por artigo compreende-se:

as palavras o (com as variações a, os, as) e um (com as variações uma, uns, umas), que se antepõem aos substantivos para indicar que: se trata de um ser já conhecido do leitor/locutor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser um objeto de um conhecimento de experiência ou por se tratar de um simples representante de uma dada espécie ao qual não se fez menção anterior (op.cit.:199).

Embora acreditando que o termo *uma* no contexto da frase, pode pertencer as duas classes gramaticais – numerais e artigos – Vamos considerar, neste momento, a classe dos numerais, tendo em vista que dentro do contexto apresentado, e já incorporando o segundo termo do enunciado que se encaixa na categoria dos numerais, *duas*, têm como principal função, representar a quantidade de vezes em que o fato de enganar determina se a pessoa é *prudente* ou *inocente*.

Cabe também observarmos que as orações se separam pelo emprego da vírgula que ali, dentro daquele contexto, apresenta uma de suas funções que é a de marcar uma pausa de pequena duração.

Retomando a expressão *duas* consideramos importante atentarmos para o fato de que essa palavra além de retomar o fator quantidade determina quem é ingênuo e quem é inocente, pois se, uma vez enganado, considera-se prudente, duas vezes enganado, perde-se a característica de prudência e adquire-se a de inocente.

Ainda em termos linguísticos notamos a presença da figura de linguagem elipse. Ainda concebida por alguns gramáticos como figura de sintaxe. Se fundamenta pela omissão de termo ou expressão facilmente subentendida. Neste caso, a palavra omitida é vez/vezes.

Os termos, *prudente* e *inocente*, caracterizados pela posição que se encontram no enunciado proverbial, se classificam como termos adjetivais haja vista cumprirem a função de caracterizar o sujeito referencial da oração.

Conhecimentos Prévios/ Inferências – Ativando seus conhecimentos prévios o leitor/locutor do provérbio em análise chegará, facilmente, ao sentido do enunciado. Focando apenas nos termos que finalizam o provérbio, *prudente* e *inocente*, temos como parâmetro os significados de tais palavras que em termos formais (dicionarizados) e informais (cunho popular) não apresentam muitas divergência em relação a seus sentidos.

Temos assim, para o termo *prudente*, o significado de uma pessoa cautelosa, que age com cuidado, evitando cometer erros e/ou injustiças. Portanto uma pessoa esperta, inteligente que não se deixa levar por aparências, tão pouco se permite convencer facilmente. Antes, porém, de qualquer decisão vale avaliar, buscar informar-se, conhecer para a partir de então, decidir-se.

Já os significados da palavra *inocente* podem ser divergentes. Pode significar enquanto caracterização de uma pessoa inofensiva, que não causa mal a ninguém, mas também como uma pessoa ingênua, desprovida de malícias, de informações e de conhecimentos, caracterizando-a como uma pessoa boba, permissiva. Que se deixa influenciar muito facilmente. Popularmente tratada como alguém que não sabe se impor, sobretudo, na sua condição de cidadão. Como consequência, é excluída do convívio social passando a viver à margem da sociedade.

Provérbio 7 – *Passarinho que come pedra sabe o cu que tem*

Conhecimentos Linguísticos – A princípio observamos que o provérbio se constitui por um período composto por subordinação.

A primeira oração, *passarinho que come pedra*, inicia-se pelo termo *passarinho* que sintaticamente, ocupa a função de sujeito dentro da oração proverbial.

Aparece sequencialmente o pronome relativo básico *que*, que é empregado como referência a pessoa ou coisa, no singular ou no plural, podendo ainda, iniciar orações adjetivas restritivas e explicativas (CUNHA & CYNTRA, 1985:337). No caso do emprego do *que*, no provérbio acima, o pronome cumpre a função de ser o referencial do vocábulo *passarinho*, pois é responsável pelo sentido da palavra (*passarinho*) que o antecede.

Ressaltamos também a presença da figura de linguagem metáfora, pois como já foi citado em momentos anteriores a esse, essa figura de linguagem se caracteriza pelo emprego de palavras fora de seu sentido normal, por analogia. É um tipo de comparação implícita sem termo comparativo Cunha & Cyntra (1985).

Isso ocorre na primeira oração do provérbio, *passarinho que come pedra sabe o cu que tem*, quando se fez uso do termo *passarinho* para designar pessoa ou a pessoa. É possível observar também, ainda, em relação aos pronomes relativos que esses, são os que normalmente se referem a um termo anterior chamado antecedente (BECHARA, 2009:171). Assim o pronome relativo básico *que* empregado na oração *passarinho que come pedra*, cumpre a função de ser referente da expressão que o antecede, *passarinho*.

Passarinho é uma palavra derivada do termo pássaro cujo significado apresenta-se como: nome comum às aves passeriformes (Aurélio, 2005). Sua composição ocorre, como citado logo acima, da derivação do substantivo *pássaro* mais o acréscimo do sufixo *inho* formando assim, o grau do substantivo denominado diminutivo.

O grau é a maneira como um substantivo pode apresentar-se. Desta forma, emprega-se o grau diminutivo para que a significação do substantivo seja atenuada ou valorizada afetivamente (Cunha & Cyntra, 1985).

A formação desta palavra é decorrente de um processo derivacional

A s palavras *pedra* e *cu* ocupam a função de substantivo, pois são empregadas com o intuito de designar e nomear os objetos em questão.

Conhecimentos Prévios/Inferências – Dentro do contexto apresentado pelos enunciados destacamos, em primeiro lugar, a palavra *passarinho*, pois essa palavra pode ser compreendida em sentidos diferentes.

Sabemos que o termo *passarinho*, a priori, se refere a pássaros, contudo, percebemos que o sentido atribuído a esta palavra dentro do contexto do provérbio é outro.

Podemos inferir que a palavra *passarinho* associada aos demais termos que compõem todo o provérbio, foi empregada com o intuito de caracterizar aquelas pessoas que, têm convicção de suas decisões. Ou seja, aquelas pessoas que não têm medo das conseqüências de seus atos, pois como bem sugere o provérbio, *passarinho que come pedra sabe o cu que tem*. Isso implica em que, se alguém decide tomar uma decisão em relação a algo é porque certamente esta preparada para as possíveis implicações.

Provérbio 8 – *Passarinho velho não se deixa apanhar em qualquer rede*

Conhecimentos Lingüísticos – A expressão *passarinho velho*, é composta pelo substantivo *passarinho* mais o adjetivo *velho*. Este último caracteriza o primeiro aplicando-lhe a condição de velho. Portanto não se categoriza toda a espécie e sim apenas aqueles que se enquadram na condição de velho.

Dado o segundo item de análise, *não se deixa apanhar*, temos um enunciado formado pelo modo verbal imperativo negativo. Sabemos que esse modo verbal, em geral, é empregado com a intenção de induzir o nosso interlocutor a cumprir a ação indicada pelo verbo. Destacamos aqui, portanto, uma das características e porque não dizer, a principal característica de um texto persuasivo.

Esse traço característico de que falamos, é evidenciado no texto acima, no qual se assegura a idéia de convencer/persuadir o interlocutor de que *passarinho velho não se deixa apanhar em qualquer rede*.

Percebemos que com o uso do termo *passarinho* no lugar de pássaros o autor/locutor deste provérbio atenua o significado do substantivo e consegue fazer com que o adjetivo que o caracteriza seja visto de forma atenuada também. Ouvir a palavra *velho* associada ao som da palavra *passarinho* já não soa tão grosseiramente. Provavelmente esse fator ocorre em decorrência da relação de afetividade sugerida pelo vocábulo *passarinho*.

A palavra *qualquer* se fundamenta por ser uma das formas dos pronomes indefinidos (neste caso, forma variável masculino). Por pronomes indefinidos, compreendemos pronomes que se aplicam à 3ª pessoa gramatical, quando considerado de um modo vago e indeterminado (CUNHA & CYNTRA, 1985:347). Além do que, este pronome, *qualquer*, sempre vem acompanhado de um substantivo. No caso do contexto em que se apresenta o substantivo que lhe acompanha é *rede*.

É possível compreender a expressão *passarinho velho*, contextualizada dentro do provérbio, como um procedimento metafórico, já que a expressão apresenta uma comparação implícita ao fazer uso da expressão logo acima citada para designar uma pessoa experiente e com alto nível de esperteza.

Conhecimentos Prévios/Inferências – A expressão inicial do texto, *passarinho velho*, se constitui como carro chefe do provérbio, sobretudo, pelas conotações diferentes que traz. Conotações estas, que são essenciais a compreensão da mensagem instaurada em todo o enunciado.

Referente à palavra *passarinho*, como já mencionado na análise do provérbio que antecede a este, no que tange ao significado apresentado pelo dicionário de Língua Portuguesa, consiste em pássaro pequeno. A palavra *velho*, seguindo o mesmo canal de informação, significa: muito idoso; antigo; gasto pelo uso; experimentado, veterano; que há muito exerce uma profissão ou tem certa qualidade; homem idoso.

Guiados pelos próprios significados que o dicionário apresenta em relação as palavras *passarinho* e *velho*, inseridos no contexto do enunciado é possível compreendermos que essa expressão *passarinho velho* foi escolhida para compor o enunciado porque elas evidenciam, ainda que não de uma maneira tão explícita, que não são todas as pessoas que não se deixam enganar ou persuadir-se por qualquer um. Ou por qualquer coisa. Ao contrário, a habilidade de não se deixar ser enganada por qualquer um, a qualquer momento, é específica das pessoas que apresentam maior vivência. Vivência aqui entendida como algo proveniente de vários anos de vida ou do acúmulo de conhecimentos.

Neste contexto acabamos destacando a importância de se chegar a terceira idade, ou de acordo com a linguagem popular, a velhice. Aqui conseguimos observar que a idade avançada ou os anos vividos são fatores primordiais na construção de valores bem como na credibilidade adquirida em detrimento das experiências vivenciadas e conhecimentos acumulados.

Provérbio 9 – *A espada vence, a palavra convence*

Conhecimentos Linguísticos - No que diz respeito a estrutura composicional do texto acima, podemos constatar que o mesmo é formado por duas orações coordenadas, que por sua vez, consistem em orações independentes.

É notória a ausência de conectivos ligando uma oração à outra. O processo de ligação entre a primeira oração, *a espada vence*, e a segunda oração, *a palavra convence*, ocorre pelo emprego da vírgula que por sua vez, cumpre, dentro deste contexto, a função de marcar a pausa entre uma oração e outra.

Os dois vocábulos iniciais das duas orações, espada e palavra, trazem bem definido sua posição enquanto classe gramatical pertencente, pois além de estarem nomeando os objetos, espada e *palavra*, o que os caracteriza como substantivos, vêm precedido pelo artigo definido feminino *a*, revelando mais um aspecto a ser observado na classificação de um substantivo, considerando o fato de que quando o artigo é posicionado de modo a preceder uma palavra, que esta, certamente, ocupará a posição de substantivo na oração.

Observando os termos finais das orações que formam o provérbio, percebemos que trata-se de dois verbos, *vencer / convencer*, conjugados na 3ª pessoa do presente do indicativo. Por indicativo compreende-se um dos modos verbais da Língua Portuguesa cuja função é indicar a atitude de certeza da pessoa que fala em relação ao fato que é enunciado (CUNHA & CYNTRA, 1985:436).

Podemos ainda, destacar dentro do enunciado proverbial em análise, a presença da figura de Retórica, também denominada por Abreu (2006) como figura de som. Trata-se da paranomasia que se caracteriza pela formação de uma palavra, tirada de outra com pequena modificação, além de utilizar de sonoridades parecidas e com sentidos diferentes. Desta forma, os sons parecidos, estabelecem uma correlação entre essas palavras. É o que ocorre quando pronunciamos: *a espada vence, a palavra convence*. A correlação estabelecida entre uma oração e outra sugere um significado maior, mais forte ao termo convence. Ou seja, esse fenômeno transforma o ato de vencer em algo menos significativo do que o ato de convencer.

Conhecimentos Prévios/Inferências – Atentemo-nos para os vocábulos com os quais se iniciam as orações do texto em questão. *A espada vence, a palavra convence*.

Pelo termo espada, considerando seu significado, atribuído-lhe por um dicionário de Língua Portuguesa, temos: arma branca de lâmina comprida e pontiaguda, com um ou dois gumes (Aurélio, 2005). Mediante ao resultado obtido por intermédio de seus significados

dicionarizado, podemos concluir, que dentro do contexto apresentado, a espada, ainda que sendo caracterizada como arma branca, expressão essa, usada para designar determinadas armas que não são consideradas armas de fogo, é vista como um instrumento de guerra, de batalha. Conseqüentemente, nos coloca em contato com um cenário, ainda que imaginário, de violência.

Quando vimos ou imaginamos uma espada nos reportamos, de imediato, a Era Medieval em que a espada era a principal arma nas guerrilhas. E aí nos deparamos com lembranças dolorosas, repletas de mortes. Lembramo-nos das verdadeiras barbáries que aconteciam nos campos de batalhas. Neste contexto a espada é sinônimo de coisa ruim, de destruição.

Mas, nem todas as lembranças, emitidas pelo símbolo de uma espada, é difícil ou ruim de ser recordada. Lembremos, pois, dos contos de fadas em que a espada era a arma usada pelos príncipes, guerreiros, heróis para salvar a princesa, a moçinha ou até mesmo lutar em defesa de seus reinos. Dentro deste cenário a espada deixa de ser vista como um objeto negativo, ofensivo, portanto desprezível aos homens de bem, e passa a ser considerada um objeto valioso, destinado a defesa do ser humano, portanto imprescindível de ser adquirido.

No que tange o termo *palavra* com a qual se inicia a segunda oração do provérbio, de acordo com o que está documentado no dicionário (Aurélio, 2005), há vários significados referentes ao vocábulo. Entre eles destacamos: manifestação verbal ou escrita; faculdade de expressar idéias por meio de sons articulados; promessa ou garantia verbal que se dá a alguém.

Enquanto faculdade de expressar idéias, compreende-se a palavra como meio, como instrumento a partir do qual o cidadão se utiliza para se comunicar.

A palavra, enquanto promessa ou garantia verbal, consiste num jogo de confiança, de credibilidade, muito praticado em contexto popular. As pessoas deste convívio, ao tratarem de um assunto, seja ele qual for, empenham ou deixam sua palavra como garantia de veracidade. E isso é o suficiente.

Diante do enunciado, *a espada vence, a palavra convence*, bem como de todas as discussões feitas até então referentes a este texto, cumpre observarmos que a construção da segunda oração, bem como os sentidos que dela retiramos, o fortalece em relação a primeira. Isso significa que o poder da palavra, dentro do que nos propõe o provérbio, em contexto persuasivo, é bem maior do que o aparente poder da espada.

Pela expressão, *a palavra convence*, podemos inferir que a maneira mais eficiente e inteligente de (con)vencer é por meio das palavras. Utilizando-as com sabedoria, conhecimento e ponderação.

Provérbio 10 – *O sol nasce para todos, a sombra para alguns*

Conhecimentos Linguísticos – O texto se constitui por duas orações coordenadas, temos portanto, duas orações independentes, separadas pela vírgula que desempenha, nesta situação de uso, a função de marcar uma pequena pausa dentro do enunciado.

Além do que, a ausência de um conectivo ligando uma oração a outra, nos possibilita identificar que se trata de uma coordenada assindética, cuja organização das orações se dá pelo processo de justaposição. Isto é, as orações são colocadas uma ao lado da outra sem o emprego de qualquer conetivo que as enlace. (Cunha & Cyntra, 1985).

Em relação aos termos *sol* e *sombra*, precedidos pelos artigos definidos *o* e *a* se caracterizam como os substantivos das orações do texto.

Sabemos que em uma oração, compete ao verbo, exprimir um acontecimento representado no tempo. Isso de acordo com as gramáticas tradicionais da Língua Portuguesa Cunha & Cyntra (1985). Em relação a isso, observamos que o verbo *nascer* presente na primeira oração, *o sol nasce para todos*, ocorre no presente do indicativo cuja função é indicar ações e estados permanentes ou assim consideradas, como se tratasse de uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei. Este presente também pode ser chamado de presente durativo. É bem o que acontece com o uso do verbo *nascer* na oração acima citada, uma vez que o fato de o sol nascer para todos é colocado como sentença, portanto, como algo permanente. Essa é uma verdade absoluta e ponto final.

Temos, ainda, nas duas orações que compõem o provérbio, a preposição *para* relacionando os termos que os antecedem, completando-lhe o sentido.

Quanto a sua estrutura, trata-se de uma preposição simples, ou seja, é expressa por uma só palavra. Quanto a seu significado, indica movimento haja vista a relação que estabelece entre as palavras que as liga exprime um movimento ou uma situação daí resultante (CUNHA & CYNTRA, 1995:347).

Percebemos também a presença das formas variáveis, masculinas, dos pronomes indefinidos *todos* e *alguns*.

No que se refere aos pronomes indefinidos, estes são aplicados a 3ª pessoa gramatical do discurso quando considerada um modo vago e indeterminado.

Ressaltamos também a presença de um paradoxo no texto em questão. Trata-se de uma figura de linguagem que representa idéias contraditórias em um só pensamento. No caso das orações, *o sol nasce para todos, a sombra para alguns*, percebemos que o termo *todos*, em o sol nasce para todos, sugere a idéia abrangente de global. Portanto, o sol nasce para todos e

não apenas para alguns como a frase a seguir nos faz inferir mediante o emprego do termo alguns, em a sombra (nasce) para alguns. Como vimos , o emprego do pronome alguns na segunda oração, contradiz o primeiro enunciado, colocando em evidência que se a sombra nasce para alguns é porque o sol não nasce para todos como sugere a primeira oração do texto proverbial.

Temos, ainda, na segunda oração, o uso da figura de linguagem elipse que, como já falamos anteriormente, consiste na omissão de um termo ou expressão facilmente subentendida, portanto, facilmente resgatada pelo leitor do texto, como é o caso da omissão do verbo *nascer* na segunda oração, a sombra (nasce) para alguns.

Conhecimentos Prévios/Inferências – A palavra sol, dentro da nossa cultura apresenta significados diferentes. Podemos compreendê-la enquanto Sol, (nota musical), o quinto grau da escala diatônica de Dó (AURÉLIO, 2005:746). Por escala diatônica diz-se de intervalo ou escala cujos sons constitutivos são vizinhos e possuem nomes diferentes; diz-se de escala que procede, segundo a ordem natural, numa sequência ordenada de tons e semitons (Aurélio, 2005:317). Convenhamos que para se chegar a este significado é preciso ter conhecimentos sobre o universo musical. Conhecimentos estes, reservados apenas a uma parte da sociedade. Talvez a uma pequena parte da sociedade. Em contexto popular, no máximo que se pode relacionar a palavra sol ao universo musical, é que ela representa uma das nota musical.

Concebemos ainda o sol enquanto astro Rei. Estrela (1) em torno da qual gira a Terra e os demais planetas do sistema solar (AURÉLIO, 2005:747). Estrela esta da qual todos ser necessita de lua, de seu brilho, de seu calor. Nesse contexto, o concebemos como símbolo de luz, força, vida.

Sabemos que tão certo quanto o sol despertar no céu todos os dias, é que ele desponta para todos os seres existentes. Podemos compreender esse enunciado como uma metáfora, pois o *sol* pode representar as oportunidades que surgem, no decorrer da vida, para as pessoas. O que acontece, no entanto, é que nem todas as pessoas sabem aproveitar essas oportunidades e acabam desperdiçando-as.

Contrário as inferências, positivas, que levantamos com o enunciado *o sol nasce para todos*, a oração *a sombra (nasce) para alguns*, temos o que atribuímos de significado negativo ou caráter negativo.

A palavra sombra, dentro da cultura popular, geralmente é associada a coisas negativas. É associada a escuridão, que por sua vez é sinônimo de medo, pavor, temor; trevas

que é logo associada a coisas malignas e é empregada também para designar algo obscuro, algo que não é/foi esclarecido.

Contudo, pensando no enunciado proverbial como um todo, podemos entender que assim como o sol, que nasce para todos, as boas oportunidades, cedo ou tarde, também baterão à porta de todos. Aproveitá-las ou não vai depender da vontade, do esforço, da determinação de cada um.

Já, pelo enunciado, *a sombra (nasce) para alguns*, podemos inferir que assim como há no universo a predisposição em nos oferecer coisas boas, também há a predisposição de nos colocar diante de coisas negativas, ruins. Entretanto, e de acordo com o que nos sugere o próprio enunciado, nem todas as pessoas perecerá do lado sombrio da vida, pois esse lado é referência apenas para parte da sociedade.

Podemos concluir que o sol, dentro do provérbio, representa as coisas boas, positivas que a vida tem a nos oferecer, enquanto que a sombra representa as coisas, ruins, negativas que muitos sofrem em conseqüências de seus próprios atos/ atitudes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e analisar processos persuasivos em provérbios populares consideramos, para tanto, os recursos linguísticos e extralinguísticos enquanto fatores essenciais para a compreensão de sentidos dos textos proverbiais. Inclusive, ao que tange o sentido persuasivo, presente nos textos citados.

Vimos nas seções anteriores que os provérbios populares, enquanto textos, são formados por frases curtas. Essa característica específica do gênero, provérbios, dá a falsa idéia de que esses textos não exigem, por parte do autor/leitor, cuidados em sua composição e/ou estruturação. Há quem acredite que são escritos de forma aleatória, como se as palavras fossem colocadas, umas ao lado das outras, sem as devidas preocupações e atenções que o processo de produção de um bom texto exige. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, os provérbios populares andam longe de serem formados por um enunciado qualquer, apresentam propriedades específicas, o que lhes concedem o privilégio de resultar em um texto de fácil memorização.

Ainda no contexto de composição estrutural dos provérbios populares, estes se apresentam de forma rápida e incisiva. São atemporais, pois seus valores transcendem o tempo; é impessoal uma vez que são anônimos, porém aplicados, efetivamente, a todas as classes sociais; são metafóricos e frequentemente, são marcados por uma fórmula introdutória; seus enunciados são considerados altamente persuasivos, sobretudo, pelo fato de pretensamente veicular uma verdade imutável, bem como, pelo próprio caráter autoritário de seus enunciados.

Enquanto gênero, os provérbios populares se fundamentam, em especial, pelas funções sociais de apresentarem características de usos e costumes de um povo. Apresentam, portanto, parte dos pressupostos culturais de uma sociedade como conhecimentos, ensinamentos exemplos que são passados de geração a geração.

Como podemos observar em nossa pesquisa, o texto proverbial, assim como tantos outros textos, requerem, por parte do autor/leitor, em termos de compreensão, a habilidade de correlacionar vários saberes, pois essa correlação entre os mais variados conhecimentos contribui para o processo significativo do texto/enunciado.

Dentre os conhecimentos que citamos no parágrafo anterior, analisamos, neste estudo, os conhecimentos linguísticos que, de uma forma, sucinta, podemos dizer que compreendem o emprego do léxico, da gramática enfim, dos recursos que a língua nos possibilita utilizar no processo de escrita/leitura de um texto/enunciado; conhecimentos prévios que também se

resumem nos conhecimentos de mundo do autor/leitor e as inferências e/ou pressuposto que se caracterizam como uma das grandes formas de implícitos. Ou seja, aquilo que está inscrito na estrutura linguística do enunciado e, quando não está escrito depende da forma como se desenvolve o texto (Maingueneau, 1997).

Assim, chegamos ao fim de nosso estudo considerando que as pessoas, ou parte delas, nem sempre falam de forma direta ou explícita, aquilo que pensam ou que gostariam de falar. Seja por receio de sofrer represálias ou simplesmente pela falta de coragem de se posicionarem em relação a determinadas situações. Neste contexto, recorrem aos provérbios populares como meio de se expressarem de maneira que seus ouvintes infiram suas verdadeiras idéias.

Desta forma podemos dizer que os provérbios têm sido usados para argumentar e dar ao discurso qualidade, fluência e riqueza. É neste sentido, em especial, que os concebemos enquanto instrumentos de persuasão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antonio Suarez. *A Arte de Argumentar: gerenciando razão e emoção*. 9. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAZERMAN, Charles (orgs.). *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro, 2009.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakthin: conceitos-chave*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- CAZELATO, Sandra Elisabeth de Oliveira. *A interpretação de provérbios parodiados por afásicos e não afásicos*. Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade de Campinas, 2008.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- _____. *O texto Argumentativo*. São Paulo: scipione, 1994.
- CUNHA, Celso & CYNTRA, Luís F. Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ELIAS, Vanda Maria & KOCH, Ingedore Villaça. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Míni Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2005.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- _____. *Argumentação e linguagem*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MELLO, Nelson Cunha. *Conversando é que a gente se entende: dicionário de expressões coloquiais brasileiras*. São Paulo: Leya, 2009.
- MATOS, Fernanda Cristina Vieira de. *Modalização: uma estratégia argumentativa*. PUC – SP, 2009.
- ORLANDI, Eni P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.
- PACHECO, Gustavo de Brito Freire. *Retórica e Nova Retórica: a tradição grega e a teoria da argumentação de Chaim Perelman*. PUC – Rio, 2008.

PERELMAN, Chaim & TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINTO, Ciça Alves. *Livro dos provérbios, ditados, ditos populares e anexins*. 5. ed. São Paulo: Senac, 2009.